

Categoria
Trabalho Acadêmico / Artigo Completo

**A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO + 20 E OS
RESULTADOS FRENTE AO CENÁRIO POLÍTICO ECONÔMICO
EURO AMERICANO**

Geraldo Jose Ferraresi de Araujo¹

Cesar Machado Carvalho²

Marcio Ferraresi de Araujo³

RESUMO: Diante do cenário de degradação causado pelo atual modelo de produção, a ONU iniciou, na década de setenta, uma série de conferências internacionais ligadas ao meio ambiente e desenvolvimento com o objetivo de propor e criar mecanismos de execução de uma série de políticas que remodele o presente modo de produção pautado na inclusão social, preservação do meio ambiente e no crescimento econômico. Logo, foram realizadas: Conferência de Estocolmo 72, Rio + 10 em Johannesburgo e a Rio + 20.

¹ Bacharel em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Avenida dos Bandeirantes 3900, CEP14040-900 — Ribeirão Preto/SP, Brasil). E mail: geraldoferresesi@gmail.com. Fone: 55 16 3602 – 3916. Fax: 55 16 3633-4411.

² Mestrando em Ciências Políticas pela Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos (Rodovia Washington Luís, Km 235, CEP: 13565-905 – São Carlos/SP, Brasil) Email:cesarmc27@yahoo.com.br. Fone: 55 16 3351-8369

³ Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UNISEB (Rua Abraão Issa Halack 980, CEP 14096-160 - Ribeirão Preto/SP, Brasil). Email: marcioferresesi@gmail.com. Fone: 55 16 3603-9999

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é entender os resultados comeditos na Rio + 20 à luz da crise econômico-fiscal euro americana e da política doméstica nos EUA. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratório-qualitativa, realizando o levantamento bibliográfico na Internet entre 01/08/2012 até 30/09/2012 no sitio eletrônico da ONU Brasil e dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. Portanto, pode-se constatar que a crise e o processo eleitoral nos países da UE e nos EUA impossibilitaram que esses dois *players* na Rio + 20 realizassem qualquer tipo de acordo que envolvesse uma quantidade de recursos. Conseqüentemente, os pontos críticos da Rio + 20- ODS, governança, meios de implementação e oceanos não obtiveram êxito na tentativa de definir recursos para consecução e datas de execução. Logo, para salvar a conferência do fracasso, a diplomacia brasileira fez um texto baseado no mínimo denominador comum: levantou os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável e apontou caminhos para solucioná-los, mas que carecem de medidas práticas de implementação.

Palavras Chave: Política Internacional; Rio + 20; Cenário Político Econômico Euro Americano.

1. INTRODUÇÃO

O atual modelo de produção e acumulação de riqueza, o capitalismo, que emergiu na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, com a primeira revolução industrial, até a contemporaneidade, tem provocado o crescimento das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, bem como da destruição de florestas, ecossistemas e exploração desenfreada das matérias primas.

Porém, somente após a segunda guerra mundial, na década de cinquenta, que a humanidade passou a discutir os impactos sócios ambientais do vigente modelo de produção, sendo assim, as Nações Unidas, a partir dos anos setenta, iniciou uma série de convenções internacionais com objetivo de propor um novo modelo de desenvolvimento que contemplasse o crescimento econômico, bem estar social e preservação ambiental em âmbito mundial.

Sendo assim, foram realizadas: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, em 2002 e recentemente a

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável novamente no Rio de Janeiro, em 2012.

Porém, essas conferências, compostas por diplomatas, ministros e chefes de Estado e governo, são realizadas sob determinados contextos políticos, econômicos e sociais, sejam em escala nacional seja em escala mundial que impactam diretamente nos processos de negociação, decisão e conseqüentemente na elaboração do documento final. Além disso, o tramite negociativo deve seguir as regras estabelecidas pelas Nações Unidas, onde é obrigatório o consenso unanime entre os países envolvidos nas negociações e no processo decisório.

Sendo assim, a Rio + 20 é o objeto de análise deste artigo, onde o objetivo é discorrer sobre como os fatores da política doméstica americana e os fatores econômicos tais como: a crise nos Estados Unidos e nos países da União Europeia, sob o método decisório da ONU, convergiram para elaboração, sob liderança da diplomacia brasileira, do documento “O Futuro que Queremos”, inevitavelmente limitada e notadamente criticado pelas organizações governamentais, ligadas ao meio ambiente, sociedade e até por delegações presentes na conferência.

2. METODOLOGIA

Pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos baseados no raciocínio lógico que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos.

Sendo assim, a metodologia consiste nos estudos dos métodos empregados pelas ciências na investigação sobre o comportamento de certos fenômenos, buscando validação e sua relação com as teorias científicas (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Logo, o tipo de pesquisa do presente trabalho é de natureza exploratória, conforme Vergara (2000), o estudo exploratório deve ser realizado em áreas em que há pouco conhecimento, o que se aplica ao caso, em função da atualidade do tema e por sua escassez na literatura brasileira.

Para Cornejo (2006, p. 68) o estudo exploratório tem:

[...] a formulação de um problema para investigação mais exata ou para a criação de hipóteses, o planejamento de pesquisa precisa ser suficientemente flexível, de modo a permitir a consideração de muitos aspectos diferentes de um fenômeno. Os dados primários são, em geral, de natureza qualitativa e como tal analisados. Os métodos de coleta de dados utilizados em uma pesquisa exploratória são: entrevistas com especialistas, estudos de caso, análise de dados secundários e pesquisa qualitativa.

No que se refere à pesquisa qualitativa, considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Na pesquisa qualitativa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais. Ao mesmo tempo, essa pesquisa, de natureza exploratória, também é uma pesquisa qualitativa, que se caracteriza por um maior foco na compreensão dos fatos do que propriamente na sua mensuração (LAZZARINI, 1997).

É descritiva e não requer utilização de métodos e técnicas estatísticas. O pesquisador, considerado instrumento chave, tende a analisar seus dados indutivamente, no ambiente natural. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Sendo uma das características da pesquisa qualitativa a descrição, neste trabalho, foi realizado o levantamento bibliográfico, que é também um trabalho de pesquisa, diferenciando-o do levantamento de campo, porque busca informações e dados disponíveis em publicações, livros, teses e artigos de origem nacional ou internacional, e na internet, realizados por outros pesquisadores.

Diante ao exposto acima, as referências bibliográficas foram levantadas pela INTERNET, nos sítios eletrônicos da FUNAG, e jornais como o Estado de São Paulo, Folha de São Paulo. Paralelamente, as informações extraídas foram refinadas e tabuladas para a confecção do artigo. Posteriormente, o artigo completo foi adequado às normas ABNT NBR 6022, NBR 14724, NBR 10520 e a norma culta da língua portuguesa.

3. AS NAÇÕES UNIDAS E AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Depois da Segunda Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, passou a existir, na sociedade internacional, a necessidade de encontrar uma forma de manter a paz entre os países.

Sob essas circunstâncias, as Nações Unidas foi criada em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. Seus princípios fundamentais são: manter a paz e a segurança mundial; desenvolver relações amistosas entre os países; realizar a cooperação internacional para resolução de problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e ser centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (ONU BRASIL, 2012).

Para Trintin e Rossoni (1977) após a segunda guerra mundial, entre 1950 e 1960 a economia mundial passou por um rápido crescimento econômico, com taxas recordes de crescimento de cerca de 4,9% ao ano. Paralelo e consequente a esse fenômeno, a degradação ambiental atingiu pontos considerados insustentáveis para o modo como a vida se organiza no planeta.

Sendo um dos objetivos das Nações Unidas, a cooperação entre as nações para resolução de problemas internacionais, estando ligados à temática social, econômica e ambiental e aliado às evidências dos primeiros sinais de esgotamento do atual modelo de desenvolvimento, a ONU, através de quatro conferências mundiais sobre sustentabilidade, reuniu-se para debater questões globais com vistas a buscar soluções para os problemas de ordem econômica, social e ambiental que afligem o Planeta: a primeira vez em Estocolmo, em 1972, a segunda, no Rio de Janeiro, em 1992, a terceira, em Johannesburgo, em 2002 e a quarta novamente no Rio de Janeiro em 2012.

A seguir, encontra-se o quadro resumo das conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento promovidas pelas Nações Unidas no que se refere à participação, objetivo da conferência, os principais debates e os resultados alcançados.

TABELA 1 – QUADRO RESUMO DAS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Nome da Conferência	Local	Participação	Objetivo	Debates	Resultados
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - Estocolmo 72	Estocolmo Suécia	<ul style="list-style-type: none"> • 113 países; • 250 ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Examinar as ações nos níveis nacional e internacional que poderiam limitar e eliminar os obstáculos ao meio ambiente humano; • Fornecer consideração na ONU dos problemas do meio ambiente humano, de maneira a dirigir a atenção dos governos e da sociedade sobre a urgência desse tema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Debate entre o “desenvolvimento zero”, defendido pelos países desenvolvidos e o “desenvolvimento a qualquer custo”, defendido pelas nações subdesenvolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada do tema ambiental na agenda multilateral; • Criação do PNUMA; • Criação de instituições e programas nacionais de defesa do meio ambiente; • Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, com 26 princípios; • Plano de ação para o meio ambiente, com 109 recomendações.

Nome da Conferência	Local	Participação	Objetivo	Debates	Resultados
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92 - ECO 92 - Cúpula da Terra	Rio de Janeiro Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • 108 chefes de Estado e de governo; • 172 delegações de países; • 10 mil jornalistas; • 1.400 representantes de ONG's; • 7 mil membros de ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra; • Examinar como os critérios ambientais haviam sido incorporados nas políticas econômicas e sociais desde a Estocolmo 72. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novos modelos de crescimento econômico atentos à justiça social, à conservação dos ecossistemas; • Políticas ambientais às questões do desenvolvimento econômico, da saúde, da educação, das concentrações urbanas e do crescimento populacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração do Rio: Princípios para promover a cooperação entre os países e segmentos da sociedade; • Convenção da biodiversidade: estabelece metas para preservação da biodiversidade; • Convenção do clima: estabelece estratégias de combate ao efeito estufa; • Declaração de princípios sobre florestas: garante aos Estados o direito de aproveitar suas florestas de modo sustentável; • Agenda 21: conjunto de 2.500 recomendações sobre como atingir o desenvolvimento sustentável.

Nome da Conferência	Local	Participação	Objetivo	Debates	Resultados
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 10	Johanesburgo África do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • 100 Chefes de Estado e governo; • 189 representantes de países; • 15 mil representantes da sociedade civil e de ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os resultados alcançados desde a Rio 92; • Indicar o caminho a ser seguido para implementação dos compromissos assumidos na Eco 92. 	<ul style="list-style-type: none"> • Energias renováveis; • Responsabilidade ambiental das organizações empresariais; • Necessidade dos atores sociais somem esforços na promoção do desenvolvimento sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reafirmação de metas para a erradicação da pobreza, água, saneamento, saúde, produtos químicos perigosos, pesca e biodiversidade; • Fortalecimento da participação mais efetiva e construtiva do empresariado e das organizações não governamentais nas discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável; • Fortalecimento do conceito de parcerias entre diferentes atores sociais para a dinamização e eficiência de projetos; • Decisão política de criação de fundo mundial de solidariedade para erradicação da pobreza.

Fonte: Adaptado de Lago (2006)

4. A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO + 20

Para a ONU Brasil (2012), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD ou, como é conhecida, Rio+20), organizada conforme a Resolução 64/236 da Assembleia Geral da ONU foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo da Rio + 20 foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto (Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; e as Convenções: Quadro sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Combate à Desertificação) e do tratamento de temas novos e emergentes, como transição para economia verde, status do PNUMA, PIB, ODS, oceanos e pobreza.

Para ACNUR (2012), as discussões oficiais foram focadas em dois temas principais: desenvolvimento da economia verde e redução da pobreza e como ampliar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável. Outros temas foram: energia, alimentação e agricultura, emprego e inclusão, cidades sustentáveis, água, oceanos e desastres naturais.

Segundo Iwasso (2012), para o jornal o Estado de São Paulo, dados da Organização das Nações Unidas mostraram que, durante os nove dias da Rio+20, 45.531 pessoas transitaram pelo Riocentro, entre elas embaixadores, representantes de delegações estrangeiras, jornalistas, cientistas, organizações não governamentais. Mais de 100 chefes de Estado estiveram nos últimos três dias de conferência. Além disso, contou com a participação de 1.500 voluntários. Em eventos paralelos, em especial a Cúpula dos Povos, 35 mil pessoas passaram diariamente pelo local formado por 50 tendas.

Todos os gastos envolvendo a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, segundo Bonfim (2012), para o Jornal O Estado de São Paulo, foi arcado pelo governo brasileiro, país sede do evento. Infraestrutura, segurança, operação, hospedagem dos representantes do governo. Segundo informou

o CNO (Conselho Nacional de Organização da Rio+20), a quantia gasta foi de R\$ 430 milhões, sendo R\$9 milhões para Presidência, R\$ 48 milhões para o Ministério da Justiça, R\$ 201 milhões para Relações Exteriores, R\$ 15,8 milhões para o Meio Ambiente e R\$ 157,11 milhões para Defesa.

5. O AMBIENTE INTERNACIONAL E AS NEGOCIAÇÕES DA RIO +20.

A Rio+20 ocorreu simultaneamente à situação na política doméstica americana, desfavorável que o presidente Obama adote medidas progressista em favor do desenvolvimento sustentável e à crise econômico-fiscal enfrentada pelos EUA e nos países da zona do euro. Esse cenário político e econômico influenciou decisivamente nos principais pontos negociados na conferência. Soma a esse cenário, o método decisório baseado no consenso absoluto entre as nações participantes da conferência.

Segundo Black (2012), as oito rodadas de diálogos preparatórios da Rio+20, desde o início do ano, foram marcadas por problemas de conteúdo e de forma. A última rodada de preparativas evidenciou divergências, entre as nações, em temas-chave da conferência.

Desde o início das negociações, tanto as preparatórias, quanto as da primeira rodada de negociação, faltaram acordos sobre: a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável, as definições das metas conjuntas, transferência de tecnologias limpas, significado de economia verde e a autonomia do PNUMA com mais recursos. Oficialmente, esses acordos tinham prazo até 15 de junho de 2012 para serem decididos. Os norte-americanos e europeus resistem à propostas que envolvam aumento de recursos; como a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável.

Depois que o comitê preparatório coordenado pela ONU fracassou, depois de três dias sem consenso em alcançar um documento pactuado, devido às divergências entre as partes, e a negativa dos países desenvolvidos em concederem mais recursos devido a crise econômica, o Brasil assumiu a coordenação das negociações em 16 de junho de 2012. Os negociadores desse país afirmaram que não se tratava de um texto “brasileiro”, mas de um texto de proposta conciliatória, escrito com base em todas as negociações realizadas.

Sendo assim, os negociadores se dividiram em quatro grupos dedicados às questões sem acordo: ODS, governança, meios de implementação e oceanos. (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2012).

Porém os principais pontos da conferência continuaram sem acordo devido à divergência entre as nações. No que se refere ao ODS em discussão, envolveram questões relacionadas também aos meios de implementação. O Brasil e os países em desenvolvimento queriam a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável com US\$ 30 bilhões a partir de 2013, chegando a US\$ 100 bilhões, em 2018. No entanto, os EUA, Canadá, Austrália e Japão e alguns países da Europa resistiram à proposta. A alegação foi crise econômica internacional e as limitações orçamentárias dos japoneses devido aos acidentes nucleares de 2011(O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

No que tange a governança, se referiu tanto à reafirmação dos compromissos da Rio + 92, quanto ao fortalecimento do PNUMA. Especificamente, a reafirmação de princípios assumidos durante a Rio-92 de que o Grupo dos 77 + China queriam introduzir no texto, também sofreu oposição dos países desenvolvidos, segundo esses, desde a Eco 92, os países periféricos passaram um por acelerado processo de desenvolvimento econômico, conseqüentemente, agrediram em maior escala o meio ambiente. Sendo assim, foi retirada a menção ao princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. O documento agora faz apenas uma menção genérica a respeito dos princípios da Rio-92.

No que se referiu a promoção do PNUMA, ao nível de agência especializada da ONU, com autonomia e orçamento próprio, os norte-americanos resistiram a essas propostas que envolviam aumento de recursos destinados.

Por fim que se referiu aos oceanos, especificamente ao acordo de implementação sobre a Convenção da ONU Sobre os Direitos do Mar de 1982, os Estados Unidos, o Canadá, a Rússia e a Venezuela impediram os avanços nas negociações.

Conseqüentemente, sendo a meta colocada pelo Brasil, de “fechar” o documento sem divergências dos chefes de Estado, retiraram-se ou propuseram-se redações alternativas para vários pontos de conflito que estavam dificultando as negociações. O documento final, com 49 páginas e 283 parágrafos, levantou uma série de problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável e apontou caminhos para solucioná-los,

mas carece de medidas práticas de implementação. A maioria das decisões efetivas será postergada para 2015, ano de vencimento as Metas do Milênio das Nações Unidas. (ESCOBAR, 2012a)

A diplomacia brasileira, portanto, produziu um documento, com possibilidades reais, de ser aprovado pelos 193 países membros da ONU, onde todas as decisões têm de ser adotadas por consenso absoluto. Ao buscar esse consenso, porém, foi obrigada a produzir um texto comedido, sem nenhuma mudança substancial capaz de alterar o atual modelo de desenvolvimento econômico e social.

6. RESULTADOS DA RIO + 20 E POSICIONAMENTOS

Para Escobar (2012b), a Rio+20 terminou marcada pela distância entre as expectativas da sociedade e o que os governos foram capazes de produzir. O documento final da conferência, “O Futuro que Queremos”, foi elaborado tendo as eleições americanas e crise financeira como pano de fundo. Conseqüentemente a isso, a falta de compromissos financeiros por parte dos países desenvolvidos foi um dos pontos mais criticados do documento, descrito como fraco e pouco ambicioso pela sociedade civil e por delegações que concordaram com o texto final, costurado pela diplomacia brasileira.

Sendo assim, o texto O Futuro que Queremos foi possível após uma longa sequência de negociações pouco produtivas sobre pontos críticos. Os negociadores brasileiros tiveram êxito em elaborar um texto de consenso, mas para tanto, foram obrigados a tirar vários pontos polêmicos que eram essenciais para dar significado prático às decisões; como a definição de economia verde e as garantias de ajuda financeira dos países ricos para apoiar o desenvolvimento sustentável de nações subdesenvolvidas.

Ante esse cenário, o Earth Negotiations Bulletin (2012) chama os diplomatas brasileiros de “olímpicos”, onde afirma que os mesmos apostaram alto e ganharam ao forçar o consenso rapidamente numa pauta que seria impossível de consensuar de qualquer forma. As ONG’s e a sociedade civil têm visões opostas.

Além disso, o comissário da União Europeia para o Meio Ambiente, Janez Potocnik, o Grupo dos 77 + China, o ministro do Desenvolvimento, Economia Florestal e

Meio Ambiente do Congo, Henri Djombo, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o negociador-chefe dos Estados Unidos, Todd Stern, o secretário-geral da Rio + 20, Sha Zukang e a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, ao final da conferência, mesmo com ressalvas e restrições, apoiaram o documento final, sobretudo no que se refere as dificuldades encontradas nos processos de negociação e no respeito da diplomacia brasileira com o multilateralismo.

Segundo Escobar (2012c), para a presidente Dilma o documento reflete o consenso. "Celebrar conquistas consensuais significa reconhecer que construções coletivas baseadas na difícil arte do diálogo são mais fortes. São essas conquistas que fazem o mundo avançar", afirmou.

O Chanceler, Antônio Patriota, afirmou que "todos estão igualmente insatisfeitos", mas disse entender que este "é o único caminho para o acordo".

Porém, para as ONG's e a sociedade, os diplomatas, chefes de Estado e governo mostraram-se menores do que os problemas sociais, econômicos e ambientais do mundo contemporâneo. Careceu das autoridades ousadia na exigência de definições sobre responsabilidades específicas, repasses financeiros, discriminação de prazos para a adoção de medidas sobre transição para economia verde, status do PNUMA, PIB, ODS, oceanos e pobreza. O quadro abaixo sintetiza as expectativas da sociedade civil e os resultados alcançados pelos diplomatas e chefes de Estado e governo na Rio + 20.

TABELA 2 – QUADRO RESUMO DOS RESULTADOS DA RIO +20

	Transição para Economia Verde	Status do PNUMA	PIB	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Oceanos	Pobreza
Esperado	Como financiar a transição para a economia verde e ao acesso a tecnologia limpas.	Se tornasse uma agência independente da ONU.	Que fosse lançado processo da ONU para desenvolver indicadores econômicos que complementassem o PIB.	Que fossem definidas metas socioambientais para substituir as atuais Metas do Milênio, que expiram em 2015.	Implementação da Convenção da ONU Sobre os Direitos do Mar, para proteger a biodiversidade marinha.	Metas para erradicação da pobreza.
Resultado	Economia verde aparece como instrumento do desenvolvimento sustentável, sem um conjunto de regras.	Concordaram em fortalecer e promover a mudança de patamar do PNUMA, mas não o transformaram em agência.	Assembleia Geral da ONU pede que a Comissão de Estatística das Nações Unidas estude indicadores de crescimento para complementar o PIB.	Assembleia Geral da ONU criou em 2012 grupo de trabalho com 30 integrantes para propor metas de desenvolvimento sustentável em 2013.	Texto apenas menciona “tomar uma decisão até 2015” sobre criar ou não este instrumento.	O Texto menciona que é essencial haver sistemas de proteção social para reduzir as desigualdade e exclusão social.

Fonte: Adaptado de Ângelo, Rodrigues e Menchen (2012)

7. CONCLUSÃO

Para entender os resultados da Rio + 20, é preciso contextualizá-la no cenário político e econômico internacional de sua realização, 2012, sobretudo os grandes players nas rodadas de negociação, a União Europeia, os Estados Unidos e a metodologia do processo de decisório nas convenções das Nações Unidas.

Sendo assim, a crise econômico-fiscal euro americana impediu que a UE e os EUA realizassem qualquer tipo de acordo que exigisse aportes financeiros consideráveis, seja a médio e longo prazo para a execução dos projetos considerados prioritários da Rio + 20.

No que se refere à União Europeia, embora este bloco tenha uma postura considerada progressista, no que se refere às políticas climáticas e sustentáveis nos processos de negociações internacionais, pode ser constatado, na Convenções Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, com destaque para 15^o Conferência das Partes de Copenhague em 2009, que a crise da dívida pública dos países da zona do euro têm como medidas de superação: corte dos gastos públicos, através de extinção de benefícios sociais, e elevação da carga tributária. As consequências dessas medidas são: aumento do desemprego, estagnação econômica e aumento da pobreza. Ante esse cenário a UE não pode sustentar um posicionamento progressista.

No que tange aos Estados Unidos, embora tenham um posicionamento mais conservador nos fóruns internacionais climáticos e de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, o presidente Barack Obama, durante a campanha eleitoral de 2008, se comprometeu em alterar as políticas ambientais do país, notadamente conservadoras durante a gestão George W Bush de 2000 até 2008. Porém a crise econômica, a dívida pública da nação e fatores políticos internos: perda da maioria no senado em 2010, a influência das empresas petrolíferas na política nacional e o processo eleitoral de 2012, onde a temática sustentabilidade foi pauta, mas não prioridade, não possibilitaram o então presidente americano buscar uma posição pró ativa nas negociações internacionais.

Além disso, alia-se ao método do processo decisório, nas conferências das Nações Unidas, onde é necessário consenso unânime entre as nações participantes, para o texto ser fechado na Rio + 20, 188 delegações de países.

Nesse contexto, a diplomacia brasileira, ante a posição conservadora dos países desenvolvidos no processo negociatório, com destaque para os Estados Unidos e a União Europeia, sob o método decisório das Nações Unidas, que foram obrigados a subtrair pontos críticos que eram essenciais para executar as decisões sobre transição para economia verde, status do PNUMA, PIB, ODS, oceanos e pobreza. Portanto, neste contexto político e econômico internacional e sobre método do consenso absoluto nos processos decisórios da ONU, a diplomacia brasileira fez o que foi possível fazer; um texto baseado no mínimo denominador comum: levantou uma série de problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável e aponta caminhos para solucioná-los, mas carece de medidas práticas de implementação.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **O Futuro que Queremos**. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Rio_20_Futuro_que_queremos_guia.pdf?view=1/> Acesso em: 18 Set 2012.

ANGELO, C.; RODRIGUES, F; MENCHEN, D. Cúpula repete promessas e adia ações para 2015.

In: Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1109292-cupula-repete-promessas-e-adia-acoes-para-2015.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2012.

Bonfim, Emanuel. Quantou custou a Rio+20? **In: O Estado de São Paulo**. Disponível em:<<http://blogs.estadao.com.br/rio-20/quantou-custou-a-rio20/>>. Acesso em: 18 Set 2012.

CONEJERO, Marco. Antonio. **Marketing de créditos de carbono**: um estudo exploratório. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

Earth Negotiations Bulletin. **Rio+20**: Third PrepCom and the UN Conference on Sustainable Development (UNCSD). Disponível em: < <http://www.iisd.ca/vol10c.html/>> Acesso em: 18 Set 2012.

Escobar, Herton. O fim da Rio + 20. **In: O Estado de São Paulo**. Disponível em:<<http://blogs.estadao.com.br/rio-20/categoria/sem-categoria/>>. Acesso em: 18 Set 2012.



Escobar, Herton. Dilma defende texto final da Rio+20. In: **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vida,dilma-defende-texto-final-da-rio20,890262,0.htm>>. Acesso em: 18 Set 2012.

Girardi, Giovana. Documento da Rio+20 é aprovado. In: **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/rio-20/tag/negociacoes>>. Acesso em: 18 Set 2012.

Iwasso, Simone. Rio+20 foi a maior conferência já realizada pela ONU. In: **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/rio-20/rio20-foi-a-maior-conferencia-ja-realizada-pela-onu/>>. Acesso em: 18 Set 2012.

LAGO, André Aranha Correia. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006. 276 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 2. ed. São Paulo Atlas: 1991.

LAZZARINI, Sergio Giovanetti. Estudos de caso para fins de pesquisa: aplicabilidade e limitações do método. In **FARINA, Elizabeth**. Estudos de caso em agribusiness. São Paulo: Pioneira. 1997.

Nações Unidas no Brasil. **Propósitos e princípios da ONU**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/propositos-e-principios-da-onu/>>. Acesso em: 18 Set 2012.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **União Europeia quer texto final concreto e conciso**. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/rio-20/uniao-europeia-quer-texto-final-concreto-e-conciso/>>. Acesso em: 18 Set 2012.

Trintin, Jaime Graciano; Rossoni, Sandra dos Reis. Os anos dourados do capitalismo: Breve abordagem do crescimento capitalista. **Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Urumarama, v. 7, n. 27. p.49-60, 1999. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/1759/1528/>>. Acesso em: 18 Set 2012.

Revista Época Negócios. **Negociadores chegam a documento final da Rio + 20, mas indicam brechas para mudança**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2012/06/negociadores-chegam-documento-final-da-rio20-mas-indicam-brechas-para-mudancas.html>>. Acesso em: 18 Set 2012.

Richard Black. Negociações emperradas evidenciam divergências entre países na Rio+20 In: **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120613_rio20_negociacoes_pai.shtml>. Acesso em: 18 Set 2012.

VERGARA, Sylvia. Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.